

## RECLAMAÇÃO 22.080 SÃO PAULO

RELATOR	: MIN. GILMAR MENDES
RECLTE.(S)	: EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUARIA - INFRAERO
ADV.(A/S)	: CELIA REGINA ALVARES AFFONSO DE LUCENA SOARES
RECLDO.(A/S)	: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S)	: JOÃO PAULO GONÇALVES BISPO
ADV.(A/S)	: TATIANA DE SOUZA
INTDO.(A/S)	: SECURITY VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA
ADV.(A/S)	: LUIS FERNANDO TREVISAN

**DECISÃO:** Trata-se de reclamação constitucional, com pedido de medida liminar, ajuizada pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO, contra decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, nos autos do Processo 1000273-20.2014.5.02.0315, que, ao afastar o disposto no § 1º do art. 71 da Lei 8.666/1993, teria violado a orientação firmada por esta Corte no julgamento da ADC 16, ocasião em que o referido preceito foi declarado constitucional.

A decisão reclamada reconheceu a responsabilidade do ente público na presente relação trabalhista, ao fundamento de que ficou demonstrada sua culpa *in vigilando*, nos termos da Súmula 331 do TST.

Requer-se a procedência desta reclamação, com a consequente cassação da decisão proferida nos autos do Processo 1000273-20.2014.5.02.0315.

É o relatório.

Dispensar a remessa dos autos à Procuradoria-Geral da República, por entender que o processo já está em condições de julgamento (RISTF,

art. 52, parágrafo único).

Passo a decidir.

O Plenário do Supremo Tribunal Federal declarou a constitucionalidade do art. 71, § 1º, da Lei 8.666/1993 – que dispõe sobre a impossibilidade jurídica de transferência de responsabilidade à Administração Pública de encargos decorrentes do não cumprimento, pelo contratado, de obrigações trabalhistas, fiscais ou comerciais –, no julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade 16, Rel. Min. Cezar Peluso, Tribunal Pleno, DJe 9.9.2011.

Posteriormente a esse julgamento, o Tribunal Superior do Trabalho deu nova redação à Súmula 331 daquela Corte, para fazer constar que o inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária dos entes integrantes da Administração Pública direta e indireta em determinados casos.

Com efeito, constato que o Supremo Tribunal Federal reconheceu a existência de repercussão geral dessa matéria, nos autos do RE-RG 760.931 (tema 246), que substituiu o RE-RG 603.397, Rel. Min. Rosa Weber, cujo mérito será analisado pelo Plenário. Eis a ementa desse julgado:

“ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE  
SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA POR  
ENCARGOS TRABALHISTAS EM FACE DO  
INADIMPLEMENTO DE EMPRESA PRESTADORA DE  
SERVIÇO. EXAME DA CONSTITUCIONALIDADE DO ART.  
71, § 1º, DA LEI 8.666/1993. EXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO  
GERAL”.

Ante o exposto, julgo procedente a reclamação para cassar a decisão ora reclamada e determinar o sobrestamento do Processo 000273-

**RCL 22080 / SP**

20.2014.5.02.0315 até que seja apreciado o mérito da repercussão geral reconhecida no RE-RG 760.931, (Tema 246). Prejudicada a análise do pedido liminar, nos termos do art. 161, parágrafo único, do RISTF.

Publique-se.

Brasília, 8 de outubro de 2015.

Ministro **GILMAR MENDES**

Relator

*Documento assinado digitalmente*